

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
Especialização em Ciências Sociais e Educação Básica

Maria Paula Avelar Peixoto

**A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E
SEUS IMPACTOS COM FOCO NA FIGURA FEMININA**

Rio de Janeiro
2022



Maria Paula Avelar Peixoto

**A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E SEUS IMPACTOS COM FOCO NA
FIGURA FEMININA**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Programa de Especialização em Ciências Sociais e Educação Básica, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ciências Sociais e Educação Básica.

Orientadora Professora M.,^a Raquel Simas.

Rio de Janeiro
2022

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

P379 Peixoto, Maria Paula Avelar

A gravidez na adolescência e seus impactos com foco na figura feminina / Maria Paula Avelar Peixoto. – Rio de Janeiro, 2022.

17 f.

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico (Especialização em Ensino de Ciências Sociais e Educação Básica) – Colégio Pedro II. Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Raquel Simas.

1. Ciências Sociais - Estudo e ensino. 2. Gravidez na adolescência. 3. Relações de gênero. I. Simas, Raquel. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 300

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 – 5692.

Maria Paula Avelar Peixoto

**A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E SEUS IMPACTOS COM FOCO NA
FIGURA FEMININA**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Programa de Especialização em Ciências Sociais e Educação Básica, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ciências Sociais e Educação Básica.

Aprovado em: ____/____/____.

Banca Examinadora:

Prof^a M.^a Raquel Simas
ECSEB – CP2

Prof^a M.^a. Clarissa Tagliari Santos
ECSEB- CP2

Prof^a Dr.^a Amanda André de Mendonça
FFP- UERJ

Rio de Janeiro
2022

A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E SEUS IMPACTOS COM FOCO NA FIGURA FEMININA

Maria Paula Avelar Peixoto

Resumo: A gravidez na adolescência é um fenômeno capaz de proporcionar consequências desfavoráveis para a adolescente, levando em consideração a escassez de políticas públicas e a disparidade de gênero. Esta pesquisa teve como objetivo reunir dados e informações sobre gravidez na adolescência no Brasil, através de um levantamento bibliográfico, com foco nos impactos sociais, políticos e culturais, centralizado na figura feminina. Como fatores que envolvem a gravidez na adolescência foram citadas a relação entre juventude e sexualidade, a importância da educação sexual, os aspectos socioeconômicos, as desigualdades de gênero, raça e classe e a evasão escolar como uma das principais consequências. Além de contribuir para o debate sobre políticas públicas possíveis para amenizar as desigualdades marcantes entre homens e mulheres, o objetivo central do artigo é compreender de que forma a gravidez na adolescência se torna um problema social, portanto coletivo, tendo em vista a sobrecarga feminina e os impactos dessa realidade para perspectivas de futuro das mulheres mães.

Palavras-chave: Gravidez na Adolescência; Relações de Gênero; Desigualdades.

PREGNANCY IN ADOLESCENCE AND ITS IMPACTS FOCUSING ON THE FEMALE FIGURE

Abstract: Teenage pregnancy is a phenomenon capable of providing unfavorable consequences for the adolescent, taking into account the preservation of public policies and gender disparity. This research aimed to gather data and information on teenage pregnancy in Brazil, through a bibliographical survey, focusing on social, political and cultural issues, centered on the female figure. As factors involving teenage pregnancy, the relationship between youth and sexuality, the importance of sex education, socioeconomic aspects, gender, race and class inequalities and school dropout were cited as one of the main consequences. In addition to contributing to the debate on possible public policies to alleviate the marked inequalities between men and women, the main objective of the article is to understand how teenage pregnancy becomes a social problem, therefore collective, in view of the female burden and the impacts of this reality on future prospects for women mothers.

Keywords: teenage pregnancy; gender relations; inequalities.

INTRODUÇÃO

Discorrer sobre a gravidez na adolescência¹ quando não é prevista significa enxergá-la como um fenômeno preocupante, levando em consideração as repercussões negativas relacionadas aos problemas psicológicos, sociais e econômicos para a vida das e dos adolescentes, principalmente as mulheres de classes sociais mais baixas que lidam com sobrecarga materna. Dentre as repercussões negativas, o bom andamento da realização pessoal, no que tange à trajetória escolar e profissional, é considerado um dos impactos mais centrais nessa trajetória.

Para analisar todo o contexto social e político que permeia a gravidez na adolescência, a pesquisa foi dividida em três discussões que envolvem esse processo. O primeiro é a juventude e a sexualidade: como se dá à iniciação sexual e quais os fatores que podem contribuir para a não prevenção de uma maneira geral, pois se não há prevenção contraceptiva, há ainda que se ponderar sobre o risco de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Neste caso, pode-se considerar a falta de informação referente a tais métodos ou ainda a uma não consciência do risco. O segundo momento é a relação desse fenômeno com a trajetória escolar: as consequências adversas desse acontecimento, sobretudo levando-se em consideração a ausência paterna e sua consequente sobrecarga na adolescente e a falta de rede de apoio, tanto familiar quanto do Estado. Por último, as relações de gênero: um acúmulo de responsabilidades daquelas/es que na maioria das vezes estão em um processo de construção de projeções para o futuro e cercadas/os de dúvidas, levando em consideração a disparidade de gênero e de que forma essa realidade é desfavorável para a mulher.

Juventude, sexualidade, escolarização, relações familiares e de gênero são temas que orientam os debates sobre gravidez na adolescência e dão um sentido mais coletivo e, conseqüentemente, menos individual ao fenômeno, politizando o debate e apontando os/as jovens como portadores/as de direitos e responsabilidades. Ao priorizar leituras que encaram a gravidez na adolescência como problema é possível perceber que as perspectivas sobre o evento são consideradas como um problema coletivo que carece de políticas públicas de educação e saúde, no que tange às práticas sexuais e reprodutivas da população jovem.

Existe uma carência de informações sobre práticas e direitos sexuais e reprodutivos, tendo em vista sua ausência, tanto em instituições escolares quanto em ambientes familiares. No ponto de vista de Brandão (2004), as conversas sobre o tema em espaços familiares ocorrem ainda de forma pouco explícita, quando ocorrem. A autora acrescenta que são raras as famílias que conseguem tratar deste assunto com os filhos de forma direta, voltada para as suas experiências, a consequência disso é uma iniciação sexual feita de forma insegura, com mais dúvidas do que certezas. A integração entre as instituições escolares, as unidades de saúde e as famílias, no sentido de propagar informações é fundamental para as/os adolescentes possam exercer a sexualidade de forma segura, não só em relação aos métodos contraceptivos, mas a outras questões relacionadas a temática da sexualidade em geral.

A disparidade de gênero e a sobrecarga feminina são dois dos focos do presente artigo, levando em consideração que essa questão de gênero é expressa na responsabilização da adolescente grávida, invisibilizando o papel da figura masculina nesse processo. Corpos femininos são disciplinados por processos sociais que colocam o gênero masculino como

¹ Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é considerado criança quem tem até 12 anos incompletos. Já entre 12 e 18 anos são adolescentes. A lei define que esta faixa etária tem direito à vida e à saúde; à liberdade, ao respeito e à dignidade; à convivência familiar e comunitária; e do direito à guarda, à tutela e à adoção.

dominante na relação, tornando mulheres as únicas responsáveis pela gestação. Um dos principais e mais perversos processos oriundos da disparidade de gênero é o cuidado da criança, que deveria ser partilhado tanto pelo casal quanto pela política pública – com direitos sociais voltados para os serviços de saúde, educação, cultura e proteção para a infância – se o que resulta em uma sobrecarga feminina, prejudicando o acesso à educação e ao trabalho, além de frustrar sonhos e perspectivas para o futuro.

De acordo com Marcella Coelho Andrade (2019), as políticas públicas assumem uma importância central para o desenvolvimento do Estado e na vida dos indivíduos, que inclui a ação governamental e o processo jurídico-institucional de construção das tomadas de decisão política. São ações que tem como objetivo assegurar direitos sociais, estabelecidos nas Constituições modernas ou que existem em razão do reconhecimento da sociedade e do poder público enquanto novos e possíveis direitos da população. São pensadas e elaboradas de acordo com os conflitos sociais, políticos e econômicos, em que as contradições sociais são latentes e necessitam de uma mudança na tática adotada pelos governos para manterem a sua governabilidade.

A presença de políticas públicas é fundamental para oferecer garantias coletivas que irão contribuir para a superação do ciclo da pobreza, aumentando as perspectivas para o futuro tanto da mãe quanto da criança. Tais políticas, além de minimizar o impacto da gestação também são capazes de diminuir a ocorrência dos casos de gravidez na adolescência, ao integrar educação sexual nas instituições escolares com a promoção de campanhas sobre o uso de métodos contraceptivos. Segundo Martins (2021), a falta de proteção social é favorável para que o fenômeno siga se constituindo enquanto “crônica de uma tragédia anunciada” e para o apagamento da violação dos direitos que as adolescentes pobres enfrentam cotidianamente.

JUVENTUDE E SEXUALIDADE

Partindo do princípio de que a juventude é um dos momentos cruciais da formação do indivíduo, considerada uma fase permeada de descobertas, desafios e formação de identidades, a gravidez na adolescência é um acontecimento capaz de apresentar limitações nesse processo.

Segundo Castro et al. (2004, p.130) “[...] por uma perversa ironia destes tempos, tanto um tema ligado à interrupção da vida, como a Aids, quanto o relacionado à reprodução da vida, gravidez, ilustram os debates sobre sexualidade e juventudes [...]” Tais temas são relacionados a fatos indesejados para a juventude, atentando para o fato que se espera que esta seja uma fase de transição, em que se busca o lazer, a diversão e a preparação para a vida adulta.

Vale ressaltar que existe um percentual elevado de jovens que não estudam nem estão no mercado de trabalho, os denominados "nem-nem". Segundo o IBGE (2020), enquanto 16,6% dos homens jovens não estudavam e não estavam ocupados, entre as mulheres jovens, 27,5% estavam inseridas nessa realidade, no ano de 2019. A desigualdade também é observada entre a população branca e a preta ou parda, que em 2019, 17,0% dos jovens de cor ou raça branca e 25,3% dos jovens de cor ou raça preta ou parda não estudavam e não estavam ocupados. Uma diferença ainda mais acentuada que a do ano anterior, que 18,5% representavam do primeiro grupo e 25,8% o segundo grupo. As mulheres de cor ou raça preta ou parda de 15 a 29 anos de idade, 32,0% não estudavam e não tinham ocupação em 2019. Uma jovem de cor ou raça preta ou parda tinha, então, 2,4 vezes mais chances de estar nessa situação do que um jovem de cor ou raça branca (13,2%). Ao entrelaçar e juntar as características de sexo e cor ou raça é possível perceber o quanto esses fatores influenciam nas variadas vivências em sociedade. De acordo com Maitê e Ronaldo (2019) esse alto índice, além dos impactos negativos ao mercado de

trabalho, tende a elevar as desigualdades entre gerações, enfraquecendo a mobilidade social e a fortalecendo a pobreza. Apontar esses dados e dar ênfase para essa realidade é importante para entender que se trata de uma juventude diversa, em que uma parcela dessa população se encontra em situação de vulnerabilidade social e que essa condição funciona como mecanismo gerador de desigualdade, que afastam esses jovens da escola e do mercado de trabalho proporcionando um futuro sem perspectivas e frustrando sonhos.

De acordo com Dayrell e Carrano (2014), a juventude é marcada pelo momento em que o indivíduo demonstra sinais sobre “ter necessidade de menos proteção por parte da família e começa a assumir responsabilidades, a buscar a independência e a dar provas de autossuficiência, dentre outros sinais corporais, psicológicos e de autonomização cultural”, além de compreender os distintos aspectos sociais, construídos historicamente, presentes na fase em questão. As possibilidades de experiência de vida são inúmeras, aumentando as possibilidades de descoberta na medida em que conquistam autonomia e começam a buscar a individualidade. Esses aspectos, portanto, não são apresentados de forma linear e podem variar de acordo com o período, o contexto social e a trajetória de cada indivíduo (DAYRELL, 2005).

A efervescência de debates relacionados a esses temas, como por exemplo a sexualidade, surgiu em um momento de reorganização social com o advento da Idade Moderna, em que o foco no indivíduo era uma condição fundamental da organização da sociedade capitalista, em que a individualidade, por um lado, constituiu um sujeito político, livre, com acesso a direitos de cidadania, mas por outro estabeleceu a subjetividade como tema central para a constituição da identidade (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004). A construção de identidades no âmbito da sexualidade está relacionada às práticas e desejos construídos culturalmente, a depender da diversidade dos povos e o contexto social.

Dentre os aspectos que envolvem a sexualidade estão o gênero, as emoções, os afetos, a identidade sexual, a orientação sexual, o erotismo, o amor e a reprodução social, e são esses os aspectos que serão expressos em seus respectivos desejos, práticas e relacionamentos. Liberdade, emancipação e autonomia são desejos presentes nas perspectivas e horizontes da juventude, que em processo de escolarização planeja a vida acadêmica e profissional, se preparando para o futuro. A gravidez nesse período, portanto, representa o contrário do que deveria ser o curso da história, em que a realidade exige compromisso com dimensões inesperadas da vida, dentre elas: filho, casa, trabalho etc.

Questões relacionadas a raça, classe social e gênero são imprescindíveis para que a análise dos impactos da gravidez na adolescência esteja de acordo com a realidade em que o indivíduo está inserido. A rede de apoio, as condições financeiras e as condições estruturais irão variar de realidade para realidade, e tais fatores são centrais para essa tarefa desafiadora que é gerar um ser humano. Uma juventude que traz em seu horizonte mais dúvidas do que certezas, tem potencial de se tornar ainda mais complexa no período posterior à gravidez, ao se deparar com possíveis interrupções de planos para o futuro, de trajetórias escolares e profissionais.

EDUCAÇÃO SEXUAL

Dentre os principais temas para o debate de juventude e sexualidade está o que se denomina educação sexual, em que são levantadas questões acerca dos direitos sexuais e reprodutivos, além dos debates sobre gênero e diversidade. É importante reforçar a ideia de que a educação sexual não se refere apenas aos temas e às abordagens relacionadas à saúde, mas ao direito à cidadania, levando em consideração a diversidade de escolhas e realidades.

A abordagem dos conhecimentos sobre os direitos sexuais e os direitos reprodutivos nas escolas veio se tornando necessária a partir da Conferência de População e Desenvolvimento, ocorrida em 1994 no Cairo, e das diversas mudanças sociais. O advento da pílula anticoncepcional, a luta por uma sociedade mais igualitária em que mulheres e a comunidade LGBTQIA+ possam viver as suas sexualidades de forma mais livre e ampla, e o agravamento das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) foram alguns dos acontecimentos que impulsionaram a fomentação dos debates sobre uma vida sexual mais saudável e consciente.

Apesar de não ser difundida e colocada em prática em todo o território brasileiro, a educação sexual é prevista pelo dispositivo Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no que diz respeito ao tema transversal – os temas transversais tematizam problemas fundamentais e urgentes da vida social – Orientação Sexual. Dentre as condições que contribuiriam para o trabalho de educação sexual nas escolas está o investimento na formação de professores, sob a perspectiva dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos como norteadores da prática docente; e a consideração dos fatores relacionados à gênero, raça e classe, já que pesquisas apontam o ciclo de desigualdades ao qual meninas pobres ficam condenadas, tornando-se um problema ainda mais grave quando a realidade é de rompimento com o processo de escolarização (HEILBORN, 1997).

Como dito anteriormente, a educação sexual também está direcionada ao direito à cidadania e, portanto, possui um potencial transformador de realidades ao propor debates que abordem não só aspectos biológicos, mas também psicológicos e socioculturais, visto que a sexualidade é moldada por um conjunto de fatores que envolvem aspectos sociais, culturais e históricos. Para que a transformação seja efetivada é fundamental que a comunidade escolar tenha sensibilidade na exposição do assunto, se atentando às diversas formas de abordagem e considerando interesses, dúvidas, angústias, questionamentos e curiosidades das e dos adolescentes e jovens em questão.

A luta das mulheres, no que diz respeito ao controle do seu próprio corpo, sua autonomia, fecundidade e saúde está diretamente relacionada à luta por direitos reprodutivos. Liberdade de escolha reprodutiva e o entendimento de que a maternidade não é obrigatória são questões centrais dessa luta. No processo de escolarização cabe ao corpo docente defender a importância do espaço escolar enquanto instituição de ensino que propaga valores e conhecimentos, fortalecendo como canal de reflexão sobre as responsabilidades que envolvem a sexualidade e, por consequência, métodos contraceptivos, gravidez, aborto, Aids e prevenção de outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs).

No que tange a gravidez na adolescência, a educação sexual é considerada ferramenta fundamental para o processo de prevenção. As informações e conhecimentos incluem desde a sexualidade e métodos contraceptivos até a existência ou a inexistência de políticas públicas. Lembrar que a efetivação desses direitos depende de políticas públicas é necessário. Dessa forma, as mulheres teriam conhecimento de vários métodos contraceptivos e contraceptivos e, principalmente, teriam acesso a eles e poderiam escolher o mais adequado, também, poderiam tomar a decisão de quantos filhos ter e da melhor hora de tê-los ou não tê-los. (MENEZES; LEITE; BARBOSA; ADRIÃO, 2012).

Segundo Quadros e Menezes (2009) as discussões sobre relações de gênero são fundamentais no processo de estruturação das relações sociais e da sociedade em todas as suas esferas, inclusive na vivência da sexualidade entre os/as jovens, são esses debates que vão orientar de que forma as hierarquias sociais são construídas, além dos debates sobre os direitos sexuais e reprodutivos. No entanto, é notório que os discursos sobre a juventude não são capazes de contemplar as reais necessidades dos/das jovens, não dão abertura para diálogo e fortalecem

um discurso normativo do comportamento sexual e reprodutivo na juventude, de cunho moralizante e direcionado a uma perspectiva preventivista

O discurso preventista está inserido no plano individual quando relacionado ao público adolescente, através de narrativas normativas que julgam o/a jovem como irresponsáveis, impulsivos/as e imaturos/as (VILLELA; DORETO, 2006). Trata-se, portanto, de um discurso moralizante que acaba por constranger ao invés de conscientizar e informar essa parcela da população. A educação sexual possui caráter formativo e democrático, uma discussão ampla sobre todos os processos, descobertas e desafios a serem encarados nesse momento crucial na vida da juventude, em que a independência e a responsabilidade são questões centrais. O fato é que a escola é o ambiente onde costumam acontecer os primeiros encontros, namoros e amores. Olhar com intolerância para esse fato é perder a oportunidade de participar da formação dos jovens a partir de uma nova perspectiva.

A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Permeada de incertezas e desafios, a gravidez na adolescência é um acontecimento capaz de mobilizar debates relacionados aos aspectos sociais, culturais e políticos. Considera-se gravidez na adolescência aquela ocorrida até os 20 anos incompletos, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), que tem como parâmetro para a adolescência a faixa etária entre os 10 e os 19 anos. Analisar os desafios e as barreiras sociais erguidas são alguns dos intuítos dessa pesquisa, através de um recorte de gênero, em que mulheres sofrem opressão em meio às desigualdades sociais.

A gravidez na adolescência se configura como problema quando além de não ter sido prevista, afeta negativamente nos projetos de vida, tornando ainda mais complexa as etapas de prosseguimento dos estudos e a entrada no mercado de trabalho. Além de afetar os projetos de vida, as consequências da ausência de políticas públicas e direitos humanos para mulheres e meninas são fatores que desfavorecem jovens mães, que ainda precisam lidar com a falta de rede de apoio e serem alvo de preconceitos e críticas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, por meio do relatório de Estatísticas do Registro Civil, em 2018 nasceram 432.460 bebês de mães adolescentes, o que representou 14,94% de todos os nascimentos no Brasil naquele ano. O Brasil tem 68,4 bebês nascidos de mães adolescentes a cada mil meninas de 15 a 19 anos e a América Latina é a única região do mundo com uma tendência crescente de gravidez entre adolescentes menores de 15 anos, segundo relatório da Organização Mundial da Saúde – OMS.

A gravidez na adolescência não é considerada um fenômeno recente na realidade do Brasil. Principalmente nas últimas décadas, vem assumindo um caráter de problema social, em que afluem a atenção dos poderes públicos e da sociedade civil. No campo das Ciências Sociais o fenômeno implica, em primeiro lugar, identificar as condições sociais e históricas que acarretaram a da gravidez na adolescência como um problema, os atores sociais que se mobilizam em torno dele e o que a sua representação atual significa (HEILBORN; BOZON; AQUINO; KNAUTH, 2002).

De acordo com o IBGE (2020) foram apresentados dados relacionados à adolescentes de 14 a 17 anos que se intitularam como as “chefes da família”. A pesquisa apontou que 75,7% são negras, e 24,3%, brancas. Em relação às horas dedicadas a cuidar de outras pessoas na casa e afazeres domésticos, as meninas negras gastaram 72% do tempo, já as brancas usaram 27,5% do tempo nestas atividades. Em uma comparação histórica, as adolescentes negras

correspondiam 42,06% dos nascimentos em 2000 e esse número aumentou para 70,71 de nascimentos no Brasil, em 2018, segundo o DataSUS – sistemas de dados oficial, governamental, baseado na realidade dos atendimentos de serviços de saúde públicos e privados do Brasil –. É possível constatar que a desigualdade social relacionada à cor da pele e pobreza caminham na mesma direção da intensificação da maternidade adolescente no Brasil, em que esses casos estão diretamente relacionados à violação de direitos, acesso à educação, falta de políticas públicas e não à irresponsabilidade (MARTINS, 2021).

A experiência da maternidade na adolescência possui diferentes impactos e consequências e isso vai variar de acordo com a inserção social de cada adolescente, a depender dos diferentes contextos socioeconômicos – um indicador que reflete as desigualdades enraizadas na sociedade –, em que as classes mais baixas são as mais desfavorecidas no sentido de perspectivas para o futuro e desenvolvimento social.

Segundo Martins (2021), é impossível considerar a adolescência uma categoria que não possui vínculo com as questões de classe, determinantes para entender o contexto social, comunitário e familiar que vão orientar as condições da realidade da adolescente e da criança. A principal diferença entre as classes sociais são as perspectivas de rede de apoio em relação ao binômio mãe-bebê que, enquanto as camadas médias desfrutam do privilégio de conseguir conciliar vida acadêmica e maternidade, os segmentos mais pobres trilham um caminho de incertezas, sem rede de apoio, sem políticas públicas e sem perspectivas de um futuro digno.

A representação da mulher na sociedade capitalista é marcada por um sistema opressor em que homens se utilizam da dominação masculina para oprimir as mulheres e tratá-las como submissas, tanto no âmbito familiar quanto social. O capitalismo e o patriarcado, portanto, são sistemas duais que sustentam a opressão. Neste panorama, a desigualdade de gênero é latente na realidade das mães, que ainda adolescentes se veem na obrigação de lidar com a sobrecarga materna. A gravidez na adolescência é vista como uma barreira de oportunidades, uma submissão – precoce – a um papel de cuja lógica, historicamente, as mulheres seguem lutando para romper. “Em suma, é como se as mães adolescentes, além de desmerecerem as supostas novas chances oferecidas aos jovens em geral, se encontrassem em uma dupla contramão: na das mudanças demográficas e na da emancipação feminina, aumentando, assim, a visibilidade e a indignação dirigida à gravidez na adolescência” (HEILBORN; BOZON; AQUINO; KNAUTH, 2002).

Além das posições relacionadas à raça, à classe social e ao gênero em que as jovens estão enquadradas, outro fato que deve ser levado em consideração são as desigualdades geográficas. Em um estudo do IBGE intitulado “Estatísticas de Gênero – Indicadores sociais das mulheres no Brasil” foram levantados alguns dados relacionados à taxa de fecundidade de mulheres de 15 a 19 anos de idade, que no Brasil, em 2016, segundo a Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000/2060, com Revisão em 2013 e a Projeção da população das Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000/2030, com Revisão em 2013, a taxa era de 56,0 nascimentos a cada 1000 mulheres de 15 a 19 anos. O destaque dessa pesquisa é a diferença das taxas entre as regiões brasileiras. Enquanto Sul, Sudeste e Centro-Oeste, em 2016, tinham uma taxa de fecundidade adolescente de 45,4, 45,6 e 55,6 respectivamente, o Nordeste possuía a taxa de 64,9 e o Norte, 85,1 nascimentos a cada 1000 mulheres de 15 a 19 anos (IBGE, 2018). Esses dados confirmam a realidade de que a falta de investimento em políticas públicas e desenvolvimento social voltados para as regiões do Norte do país são fatores que contribuem para o aumento de problemas sociais, dentre eles a gravidez na adolescência, levando em consideração que o acesso à educação, saúde e cultura são políticas públicas que favorecem a trajetória da juventude. A evolução da economia brasileira, portanto, segue historicamente uma via conservadora e autoritária de desenvolvimento econômico, concentradora de riqueza, renda e poder. Uma via excludente que nega direitos à maioria da

população, dos frutos do seu trabalho, do processo econômico e da cidadania. Reside nesse fato a origem das desigualdades sociais e regionais existentes no Brasil.

ESCOLARIDADE E GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Os debates relacionados à gravidez na adolescência dialogam diretamente com as questões ligadas ao processo de escolarização, tanto no que tange à importância do espaço escolar na formação do indivíduo quanto aos desafios que cercam a realidade da jovem que vai ter que lidar com a vida escolar e a maternidade, principalmente quando se fala em jovens das camadas mais baixas da sociedade. Cercado de preconceitos e indiferença social, o ambiente escolar – que deveria ser ambiente de formação, troca de aprendizado e acolhimento – torna-se um espaço cercado de constrangimentos. Além do fato de que a permanência e a frequência escolar dessas jovens são comprometidas, levando em consideração a inexistência de políticas públicas para as mulheres e para as crianças. Para que a escola pública seja uma instituição comprometida com a trajetória da juventude é necessário que seja de qualidade e que dê importância para às questões voltadas para o desenvolvimento social e os direitos humanos.

A trajetória escolar traz consigo uma série de incentivos que justificam a permanência dos estudantes nas instituições escolares. Sabe-se que pessoas mais escolarizadas alcançam níveis mais altos de ocupação, obtêm maiores rendimentos e possuem maiores chances de mobilidade social ascendente. É imprescindível que governos invistam em infraestrutura e políticas adequadas para ampliar as oportunidades educacionais. Uma população com alto nível de escolarização tende a ser mais engajada socialmente e traz bons resultados para o desenvolvimento político, econômico e social. Além de defender o livre acesso à uma educação pública, gratuita e de qualidade, é fundamental que a permanência seja para todas e todos.

Os condicionamentos de classe social impactam o modo como as trajetórias escolar e de trabalho são estruturadas. Ao contrário da realidade de alongamento dos estudos dos jovens de classes médias altas, as trajetórias escolares das classes populares são, em muitos casos, breves e marcadas por repetências e interrupções (HEILBORN; BOZON; AQUINO; KNAUTH, 2002). Dentre os motivos que acarretam as repetências e interrupções está, precisamente, a gravidez na adolescência, um acontecimento que terá nítido impacto no percurso escolar das adolescentes mães.

Sobrecarga feminina, menor disponibilidade de tempo e energia para os estudos, maior dependência financeira da família e todo o somatório de novas responsabilidades que se referem ao cuidado com a/s criança/s são fatores que irão contribuir para a diminuição das possibilidades de retornar com sua jornada escolar (MARTINS, 2021). Quanto maior a limitação das mães adolescentes, maior o desafio. Torna-se evidente que a qualidade da trajetória escolar das adolescentes mães e pobres sofre grande impacto, e os fatores relacionados ao machismo estrutural e à falta de políticas públicas terão grande relevância quando se trata dos motivos pelos quais a situação foi se tornando cada vez mais grave e sem perspectivas de melhoria. Segundo Martins (2021), cuidar de adolescentes mães é duplamente importante no que diz respeito ao apoio oferecido à mãe e o desenvolvimento da vida da criança. O futuro da criança se relaciona com as condições concretas da vida dessa adolescente, um sujeito em desenvolvimento que necessita de apoio a si mesmo, não podendo ser única base de suporte para o bebê.

Dentre as consequências de uma gravidez na adolescência, principalmente com adolescentes pobres sem rede de apoio, está a evasão escolar e a falta de perspectivas de futuro, ambos associados ao aumento da gravidez adolescente. As maiores taxas de gestação

adolescente são observadas em meninas com baixo desempenho e frequência escolar, além das que evadiram. Garantir a permanência das meninas nas escolas é contribuir para que elas tenham melhores oportunidades futuras, visto que meninas que não trabalham e não estudam, principalmente dos 15 aos 19 anos, encontram-se mais vulneráveis a uniões conjugais e gestação na adolescência, levando em consideração a falta de perspectiva para a uma vida adulta estável, a maternidade torna-se uma aparente solução de estabilidade de vida. Importante lembrar que existe uma nítida relação entre condições de escolaridade, emprego, renda e capacitação com cuidados infantis e autocuidado (MARTINS, 2021).

Segundo dados do IBGE (2020), mulheres são sobrecarregadas nos cuidados com as crianças. Dentre os motivos pelos quais meninas e mulheres, com idade entre 15 e 29 anos, interromperam os estudos, a gravidez representa 11,8% dos motivos enumerados. Além das atribuições com os afazeres domésticos, que representa 6,5% entre as meninas e mulheres entrevistadas, que por sua vez é desigual em relação aos homens, que expressam apenas 0,5% dessa tarefa. Entre as meninas e mulheres de cor ou raça branca, 9,2% a gravidez aparece como principal motivo para parar de estudar e 4,9% a realização dos afazeres e cuidados. Já entre as de cor ou raça preta ou parda, esses motivos apareceram com 13,1% e 7,3%, respectivamente. Vale ressaltar que 56,4% das mulheres que responderam terem interrompido os estudos em decorrência de gravidez afirmaram não estar estudando por ter de realizar tarefas domésticas ou cuidar de criança (IBGE, 2020). Diante desse fato, defender a ampliação de políticas de acesso à educação infantil, em especial para as crianças de até 3 anos, é fundamental para que mulheres jovens estejam ativas no mercado de trabalho, além de permitir que meninas e mulheres retomem os estudos interrompidos.

Em questão de políticas públicas, além da ampliação do acesso à educação infantil e à saúde pública, também se trata da importância da escola e da educação frente à questão da gravidez na adolescência. Adolescentes que são estimuladas a permanecer estudando, seguindo os objetivos educacionais e profissionais, terão maiores possibilidades de exercer a sexualidade de forma segura. Um ambiente escolar engajado com os seus interesses, com educadoras/es contribuindo para a construção de diálogo e troca relacionados às questões pertinentes aos cotidianos e universos da juventude e políticas de permanência há de proporcionar um resultado positivo, fazendo com que estudantes concluam a Educação Básica e tenham perspectivas de um futuro promissor.

A pesquisa GRAVAD “Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil” – desenvolvida por três universidades (IMS/UERJ, ISC/UFBA e NUPACS/UFRGS), realizada em 2002, que pôde ouvir 4.634 jovens de diferentes segmentos sociais e econômicos em três importantes capitais brasileiras: Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador –, evidencia que quanto maior a escolaridade, menor o número de casos de gravidez na adolescência. Além de ser um espaço privilegiado para a transmissão de informações, capaz de dar aos e às jovens condições de decidirem sobre sua vida sexual de maneira consciente, a escola é lugar de formulação de projetos para o futuro, portanto, espaço de grande potencial transformador para contribuir para os percursos da juventude.

Nessa mesma pesquisa foi constatado que mulheres que engravidaram antes dos 20 anos são majoritariamente oriundas das camadas mais populares da sociedade, na maioria dos casos com baixa escolaridade e, conseqüentemente, mais desfavorecidas. Nestes casos, constata-se que essas mulheres tiveram menos adesão de preservativos na primeira relação sexual e estabeleceram uniões conjugais precoces. A situação é outra quando falamos em moças com maior nível de escolaridade: iniciam a vida sexual e estabelecem relacionamentos com idades mais avançadas. A pesquisa GRAVAD constatou interrupções e desigualdades entre idade e série. Os percursos irregulares, em que há abandono escolar, são altos, próximo a 70% entre as mulheres e 76% entre os homens. Jovens com menor poder aquisitivo, jovens negros/as e

aqueles/as cujas mães possuem baixa escolaridade são os que encontram maiores desafios para continuar os estudos (GRAVAD, 2002).

RELAÇÕES DE GÊNERO

Ao tratar sobre gravidez na adolescência e manter o foco na figura feminina – no que se refere aos desafios e consequências desse fenômeno, levando em consideração a cor da pele e sua classe social – é possível constatar realidades de sobrecarga de tarefas domésticas e cuidados com a criança, incertezas sobre o futuro e a disparidade dos papéis de gênero em relação às responsabilidades com a gravidez, nascimento e criação.

Trazer a figura feminina para o centro do debate é evidenciar de que forma a hierarquização entre homens e mulheres é opressora para as mulheres, além de apontar quais as consequências dessa realidade em uma gravidez na adolescência. O entendimento de que o homem é tão responsável quanto a mulher é um caminho a ser trilhado, derrubando as barreiras sociais erguidas através do machismo estrutural, tão presente na sociedade patriarcal.

O movimento feminista é peça fundamental para entender de que forma o patriarcado atinge a vida das mulheres e quão importante é a luta por uma sociedade mais justa e menos desigual. O ano de 1968 foi o marco da rebeldia e da contestação política em diversas esferas da sociedade, inclusive das manifestações coletivas por parte das mulheres diante da inconformidade e do desencanto em relação aos arranjos da sociedade patriarcal, em que mulheres eram invisibilizadas por conta da segregação social e política.

Para desenvolver a recriação da categoria “mulher” e o conceito de gênero, a antropóloga Adriana Piscitelli leva em consideração as discussões feministas, desenvolvidas a partir do final da década de 1960. Apesar de as vertentes feministas divergirem em muitos aspectos, no sentido político, concordam que as mulheres ocupam espaços subordinados em relação aos homens. Mesmo que a subordinação feminina possua variantes de acordo com o contexto social e período histórico, ela deve ser pensada de forma universal, tendo em vista que ocorre em todas as partes do mundo e em todos os períodos históricos (PISCITELLI, 2002).

Segundo Piscitelli (2002), um dos entendimentos sobre as causas da opressão de gênero sugere que tais causas estão diretamente associadas à forma como a sociedade capitalista, segmentada por classe, foi dividida. Trata-se de uma das vertentes do feminismo socialista, que é orientado pela ideia de que a divisão social do trabalho baseada no sexo contribuiu para a desigualdade e a opressão sexual, podendo ser superada através de uma sociedade sem classes, como por exemplo, no socialismo. Porém, outras vertentes do feminismo criticam esse entendimento, tendo em vista que a disparidade dos papéis de gênero se manteve presente em países socialistas. Essas vertentes acreditam, portanto, que o capitalismo e o patriarcado são sistemas duais que sustentam a opressão.

Já as feministas radicais consideram que a origem da subordinação feminina está centrada no processo reprodutivo, nos fatores que diferenciam homens e mulheres na reprodução da espécie no sentido biológico. O aspecto biológico da mulher que engravida e amamenta a torna refém da biologia que resulta em um processo de submissão aos homens. O feminismo radical acredita que o patriarcado precisa ser derrotado para que todas as mulheres sejam livres, e isso seria possível se as mulheres assumissem o controle sobre a reprodução, eliminando o privilégio masculino e a distinção sexual. As funções reprodutivas, portanto, estão diretamente relacionadas ao fortalecimento da desigualdade sexual e, conseqüentemente, da opressão sexual.

As relações de gênero, as relações entre homem e mulher e as relações de poder são relações políticas presentes no patriarcado, que influenciam todos os aspectos da vida social. A verdade é que o patriarcado é fundamentado pela dominação masculina, presente em todas as culturas e contextos sociais e, por isso, homens oprimem mulheres universalmente. De acordo com Piscitelli (2002), o pensamento feminista buscou no patriarcado a sua origem, o momento em que a opressão das mulheres teria começado, que, além de evidenciar a subordinação feminina, constatou que se o patriarcado teve um início, também poderia ter um fim. O sistema patriarcal tornou-se sinônimo de dominação masculina e, por esse motivo, ao analisar suas práticas e consequências, foi possível observar que a subordinação feminina não é algo natural, dessa forma, torna-se urgente combatê-la.

A ocultação do rotineiro trabalho doméstico é um dos exemplos da segregação social e política a que as mulheres foram submetidas, contribuindo para uma ampla invisibilidade enquanto sujeito – como por exemplo, no âmbito científico. Os estudos feministas, portanto, foram constituídos tendo como base as condições de vida e trabalho das mulheres em diversos espaços. Ao invés de estudos objetivos, neutros e isentos, as mulheres passaram a produzir estudos problematizados, subversivos e transgressores.

Dentre as perspectivas analíticas está o argumento polêmico de que as desigualdades sociais entre homens e mulheres remetem às características biológicas. No entanto, é necessário contrapor este argumento e compreender que para analisar as relações entre homens e mulheres não basta observar as suas características sexuais, mas o que acontece com essa relação no âmbito social. A verdade é que não existe a pretensão de se negar a biologia, mas é necessário enfatizar a construção histórica, política e social produzida através das características biológicas, em que *gênero* é o conceito fundamental. Os arranjos e as condições sociais, suas representações históricas e as desigualdades vão enfatizar de que forma o gênero sobrepõe as condições biológicas do indivíduo (LOURO, 1997).

Dar ênfase às discussões sobre gênero e ao papel do movimento feminista na luta pela emancipação das mulheres é fundamental para os debates que cercam a maternidade e, principalmente, a gravidez na adolescência, um acontecimento visto como irresponsável que gera invisibilidade e falta de perspectivas, principalmente para as mulheres pobres, pretas e periféricas. Além das particularidades da gravidez na adolescência, a gravidez por si só é um período de muitos desafios, mudanças físicas e psicológicas. A sobrecarga feminina é iniciada desde o período da gestação e irá perdurar até o nascimento com os cuidados da criança, que envolve a amamentação, alimentação, higiene e tantas outras responsabilidades que recaem sobre as mulheres, vistas como as únicas capazes de exercer as tarefas relacionadas aos cuidados, tanto da criança quanto do lar.

As situações vão variar de relação para relação, mas os casos em que o pai não reconhece o filho contribui para realidades desfavoráveis em um período pós-parto, apesar do fato de um homem registrar o/a filho/a não garante impactos positivos, tanto na vida da adolescente, quanto na vida da criança, levando em consideração a presença da hierarquia de gênero que permeia as relações (MARTINS, 2021).

A paternidade, seja ela na adolescência ou na fase adulta, é permeada de contradições e desigualdades. Enquanto mães mudam seus modos de viver, renunciam sonhos, interrompem trajetórias escolares e dedicam sua vida integralmente aos cuidados da criança, pais seguem suas trajetórias de vida como se não houvesse responsabilidades e divisão de tarefas. Diante dessa realidade, a gravidez se apresenta negativamente na vida de muitas mulheres que se veem sem estrutura emocional, material e financeira.

Segundo Martins (2021), o sentimento de insatisfação é muito presente no discurso das adolescentes que relatam precisar remodelar o uso do tempo, enquanto o pai da criança segue

a vida como se não tivesse responsabilidades com filho e participa apenas quando convém, de forma seletiva, tratando como “ajuda” o que deveria ser tratado como obrigação. O somatório de responsabilidades gera uma série de consequências, dentre elas a menor disponibilidade de tempo e motivação para os estudos, fazendo com que a mãe adolescente se afaste cada vez mais de sua trajetória escolar.

É possível perceber que quanto menos apoio e aceitação, mais dificuldades de realizações sociais relacionadas ao campo acadêmico, profissional e/ou financeiro da adolescente. A equidade de gênero é peça fundamental para maior qualidade de vida das mulheres e das crianças, e o cuidado infantil deve ser partilhado pela mãe, pelo pai – estando o pai e a mãe em uma relação de casal ou não – e pelas políticas públicas, garantindo maiores oportunidades e acesso aos direitos. A presença da figura paterna, desde a gestação, passando pelo nascimento até o período posterior, é fundamental quando se trata da satisfação da mulher com a gravidez, a assiduidade nas consultas de pré-natal, melhores condições físicas e mentais no pós-parto e o acolhimento da mulher e da criança como um todo. A ausência paterna não deve ser tratada com naturalidade, tendo em vista que a experiência de trocas entre pais e filhos/as garante relações afetivas positivas, cuidadosas e benéficas, que influenciam diversos aspectos da vida, relacionados à criação de vínculos, relações igualitárias, bem-estar e menos hierarquia social entre homens e mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo buscou apresentar os debates que rodeiam a gravidez na adolescência através de um olhar crítico, possibilitando constatar que esse fenômeno é um problema social. As relações entre classe social, raça e gênero foram condições indispensáveis para compreender de que forma as condições físicas e materiais influenciam na trajetória escolar e profissional da adolescente. A sobrecarga feminina, a disparidade de gênero e o machismo estrutural foram indicadores que contribuíram para manter o foco na figura materna, evidenciando de que forma a ausência paterna é desfavorável e contribui para a perpetuação da desigualdade de gênero. Seguindo esse escopo, a ausência de políticas públicas educacionais, para mulheres e para a infância são fatores que estão no centro do debate e contribuem para que o problema se torne ainda mais desfavorável para mulheres de camadas populares.

Dentro das peculiaridades das condições de vida das adolescentes, os aspectos voltados para os sonhos, os projetos, as perspectivas para o futuro em conjunto com as incertezas e as frustrações, tendem a se manter, independente das respectivas classes sociais. Entretanto, as condições para que as jovens tenham a possibilidade de desfrutar, ou não, de uma rede de apoio que seja capaz de atender às necessidades e desejos de sua faixa etária se articulam diretamente com o contexto social e econômico em que a respectiva família está inserida. As condições sociais e econômicas influenciam tanto na frequência da ocorrência de gestação, quanto nas consequências e impactos da gravidez para o futuro das mulheres. Nesse processo, a maternidade adolescente para mulheres pobres apresenta como consequência a manutenção de sua inserção no ciclo da pobreza. Essa realidade reduz a chance de acesso à educação e de mobilidade social ascendente. Portanto, o problema da gravidez na adolescência está na forma como esse acontecimento é amparado e como as pessoas envolvidas nesse processo irão desenvolver os demais aspectos da vida.

Entender a gravidez na adolescência como um fenômeno amplo e coletivo, que carece de políticas públicas é peça fundamental para que a ideia de que as adolescentes são irresponsáveis e inconsequentes seja desconstruída. A presença de uma educação sexual que

dialogue com a realidade das/os estudantes não é o que vai impedir a gravidez, mas vai fornecer informação, acesso aos insumos e aos métodos contraceptivos, permitindo que as adolescentes escolham como e quando iniciar a vida sexual, possibilitando autonomia e proteção.

Desta forma, buscou-se abordar, com este artigo, as diversas problemáticas inerentes à gravidez na adolescência, bem como os caminhos para ações propositivas e transgressoras que possam contribuir para a superação desse fenômeno. Dentre estes caminhos ressalta-se o papel do feminismo para a emancipação das mulheres, a igualdade de gênero e a presença de políticas públicas capazes de fornecer o suporte e o amparo necessários, tanto no âmbito de políticas educacionais quanto no âmbito de políticas de saúde materno-infantil.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. Juventudes e sexualidade. Brasília, DF: UNESCO, 2004. 426 p.

Andrade, M. C. (2019). Políticas públicas nas Constituição Federal de 1988: : avanços e desafios. CSONline - REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, (29).

BRANDAO, Elaine Reis. Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil. Em HEILBORN, M. L. (Org.). Família e Sexualidade. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. pp.63-86.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. Juventude e Ensino Médio: quem é esse aluno que chega à escola? DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

HEILBORN, M. L. et al. Aproximações Sócio-antropológicas sobre Gravidez na Adolescência. In: Horizontes Antropológicos, Rio de Janeiro: ano 7, n. 17, 2002.

HEILBORN, M. L. et al. Gravidez na adolescência e sexualidade: uma conversa franca com educadores e educadoras. Rio de Janeiro: CEPESC/REDEH, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 2018. Rio de Janeiro, v. 45, p. 1-8, 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós- estruturalista. Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36

MARTINS, Aline de Carvalho. Gravidez na adolescência: entre fatos e estereótipos. Editora FIOCRUZ, Rio de Janeiro. 163 p. 2021.

MENEZES, J. A.; LEITE, M. de O.; BARBOSA, E. S.; ADRIÃO, K. G. GRAVIDEZ E MATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA E SUAS REPERCUSSÕES NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO. PerCursos, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 134-154, 2012.

PISCITELLI, Adriana. “Recriando a (categoria) Mulher?”. In: Leila Algranti (org.) “A prática Feminista e o Conceito de Gênero”. Textos Didáticos, nº 48. Campinas, IFCH-Unicamp, 2002, pp. 7-42.

QUADROS, M; MENEZES, J. A abordagem de direitos sexuais e direitos reprodutivos na escola. In: SCOTT, R. P.; LEWIS, L.; QUADROS, M. Gênero, diversidade e desigualdades na Educação. Interpretações e reflexões para a formação docente. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. pp.117-141.

VILLELA, W. V., DORETO, D. T. Sobre a experiência sexual dos jovens. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, nov. 2006.